



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**ANÁLISE DO EFEITO DO ORÇAMENTO PÚBLICO SOBRE AS MICRO E
PEQUENAS EMPRESAS DE MINAS GERAIS**

MONOGRAFIA DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MARIANA – MG

2022

RENAN HENRIQUE BARBOSA

**ANÁLISE DO EFEITO DO ORÇAMENTO PÚBLICO SOBRE AS MICRO E
PEQUENAS EMPRESAS DE MINAS GERAIS**

Monografia apresentada ao curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal de Ouro
Preto, como parte dos requisitos para a obtenção
de título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prod. Dr. Chrystian Soares Mendes

MARIANA – MG
DEECO/ICSA/UFOP

2022

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

B238a Barbosa, Renan Henrique.

Análise efeito do orçamento público sobre as micro e pequenas empresas de Minas Gerais. [manuscrito] / Renan Henrique Barbosa. - 2022.

48 f.: il.: color., gráf.. + Quadro.

Orientador: Prof. Dr. Chrystian Mendes.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Ciências Econômicas .

1. Desenvolvimento econômico - Pesquisa. 2. Orçamento. 3. Pequenas e médias empresas - Finanças - Minas Gerais. 4. Produto interno bruto. I. Mendes, Chrystian. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 657.31(815.1)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa-Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Renan Henrique Barbosa

Análise do efeito do orçamento público sobre as micro e pequenas empresas de Minas Gerais

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas

Aprovada em 21 de outubro de 2022.

Membros da banca

Prof. Dr. Chrystian Soares Mendes - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)
Prof. Dr. Carlos Eduardo da Gama Torres (Universidade Federal de Ouro Preto)
Prof. Dr. Victor Maia Senna Delgado (Universidade Federal de Ouro Preto)

Prof. Dr. Chrystian Soares Mendes, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 28/10/2022.



Documento assinado eletronicamente por **Chrystian Soares Mendes, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 04/11/2022, às 11:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0422300** e o código CRC **444F3D77**.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus por me dar oportunidades de adquirir conhecimento e evoluir dentro da Academia. Gostaria de agradecer também a os meus pais Roberto Barbosa e Beatriz Barbosa e ao meu irmão Alan Barbosa, pelo apoio nessa trajetória da construção do conhecimento, mesmo com toda dificuldades vividas. Desejo agradecer também a República Insônia pelo incentivo e vivência durante o tempo da graduação. Por fim agradeço ao meu orientador Dr. Chrystian Soares Mendes pela paciência e apoio durante a criação deste trabalho.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS	iv
LISTA DE QUADROS	v
RESUMO.....	vi
ABSTRACT	vii
1 – INTRODUÇÃO.....	8
2 - REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1 O papel do Estado na Economia	10
2.2 Orçamento Público.....	11
2.3 Contextualização.....	12
2.4 - Definição dos tamanhos das empresas	17
3 - METODOLOGIA	19
4 - POLÍTICAS RECENTES EM MINAS GERAIS PARA O FOMENTO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	22
4.1 - Governo Anastasia (2011-2014).....	22
4.2 - Governo Pimentel (2015-2019).....	26
5 - OS CINCO MELHORES SETORES COM MAIS ADESÃO DE FUNCIONÁRIOS EM MG.....	31
6 - OS CINCO PIORES SETORES COM MAIS ADESÃO DE FUNCIONÁRIOS EM MG.....	39
7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
8 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1 – Valor adicionado por tamanho de empresa, conforme setor produtivo do Brasil, 2017.	13
Figura 2 – Percentual participação do valor adicionado por tamanho de empresa e setor produtivo no Brasil, 2017.	14
Gráfico 1 – Número de empresas por porte Minas Gerais.	15
Gráfico 2 - Adesão de Funcionários por Setor e por Tamanho das Firms em 2011.....	34
Gráfico 3 - Adesão de Funcionários por Setor e por Tamanho das Firms em 2012.....	35
Gráfico 4 - Adesão de Funcionários por Setor e por Tamanho das Firms em 2014.....	35
Gráfico 5 - Adesão de Funcionários por Setor e por Tamanho das Firms em 2016.....	36

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Órgãos de investimento a empresa do Estado de MG em 2011	22
Quadro 2 - Órgãos de investimento a empresa do Estado de MG em 2015.....	27
Quadro 3 – 5 Melhores Setores em Adesão de Pessoas por Ano	31
Quadro 4 - 5 Piores Setores em Adesão de Pessoas por Ano	38

RESUMO

As pequenas e médias empresas apresentam números importantes na economia brasileira e fomentam o mercado empregatício, o que as torna um alvo estratégico para as políticas governamentais, com intuito de melhorar as atividades econômicas de uma dada região. Entretanto, as pequenas firmas têm dificuldades de sobreviver no mercado e muitas vezes vão à falência. Assim, o presente estudo busca analisar a atuação dos governos de Minas Gerais, no período de 2010 a 2018, nos incentivos para os setores de pequenas e médias empresas, por meio de uma análise dos orçamentos governamentais. Os principais resultados encontrados apresentam evolução do setor conforme o apoio governamental como os setores “Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas”, “Educação”, “Indústria de Transformação”, “Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação”, “Construção”, “Transporte, armazenagem e correio”, “Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados” e “Outras atividades de serviços”. Em suma, o Estado se mostra um importante agente para o crescimento das médias e pequenas empresas a medida que se eleva os investimentos.

ABSTRACT

Small and medium-sized enterprises have important numbers in the Brazilian economy and foster the employment market, which makes them a strategic target for government policies, in order to improve the economic activities of a given region. However, small firms struggle to survive in the market and often go bankrupt. Thus, the present study seeks to analyze the actions of the governments of Minas Gerais, in the period from 2010 to 2018, incentives for small and medium-sized enterprises, through an analysis of government budgets. The main results found show that as there is government support in the sector, the same developed with better employment numbers such as the sectors "Trade; repair of motor vehicles and motorcycles", "Education", "Transformation Industry", "Water, sewage, waste management and decontamination activities", "Construction", "Transportation, storage and mail", "Financial, insurance and related services activities" and "Other service activities". In short, the State appears to be an important agent for the growth of medium and small companies as investment increases.

1 – INTRODUÇÃO

A disputa de mercado pelas empresas nunca foi fácil, elas lutam por cada parcela possível dos consumidores, exercendo estratégias bem aperfeiçoadas por especialistas de todas as áreas. Desta forma gerar um crescimento ou um desenvolvimento se torna algo cada vez mais complicado.

Conforme Machado e Espinha (2005) observaram, a concorrência pode vir a ser um dos pilares para o fracasso das empresas, prova disso é que cerca de 33,3% das falências das pequenas empresas se dá pela concorrência, sendo a taxa de sobrevivência para as Microempresas menor em relação as de outros tamanhos de empresas (SEBRAE, 2004; 2016).

A competição pelo mercado ocorre entre os diferentes setores e tamanhos de empresas, tendo o setor industrial a o maior registro de taxa de sobrevivência, o que pode estar relacionado ao seu tamanho, e fatores como grande aporte de capital, maiores investimentos, o que permite obter uma gama de profissionais especializados, além de muitas multinacionais terem um setor voltado apenas para pesquisa e desenvolvimento (P&D), o que possibilita maior inovação e produtos competitivos (SEBRAE, 2004).

Miranda e Koeller (2015), ao analisarem o período compreendido entre 2012-2014, identificaram que o dispêndio com atividades relacionadas a P&D é sete vezes maior nas grandes empresas em relação as pequenas. Como exemplo, tem-se a CNH Industrial localizada em várias cidades mineiras, que ficou em 54º lugar no ranking do “Valor Inovação Brasil”, em 2017, e passou para a 10ª colocação, em 2020. Tal fato reforça a relevância do investimento em inovação de uma empresa deste porte, somado, é claro, a grande atuação da empresa no mercado, melhor eficiência na gestão dos produtos e processos, marketing, etc. Um detalhe a respeito deste ranking é que o mesmo é feito através do cadastramento das próprias empresas que em seguida passa por critérios pré-definidos pelos criadores.

As empresas de grande porte também conseguem atrair mais pessoas qualificadas para os outros cargos, pois elas conseguem produzir melhores planos de carreiras e maiores salários, é o caso da empresa AMBEV que ganhou o 5º lugar do prêmio de “Empresa dos Sonhos 2020”, em que foram entrevistados mais 96 mil jovens pela empresa Grupo Cia de Talentos, o que demonstra o interesse dos jovens em atuar em uma grande companhia.

Um outro ponto de força das grandes empresas em relação às pequenas é que as firmas deste porte recebem ajuda do governo por conseguirem gerar muitos empregos em uma única localidade, em 2010, por exemplo, no setor de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, havia 25 empresas de grande porte que empregavam 34.190 pessoas, sendo que havia, neste mesmo setor, cerca de 5.080 empresas de pequeno a médio porte que empregavam 40.052 pessoas (IBGE, 2019).

Como se observou, as pequenas e médias empresas, possuem importante papel para a economia e a sociedade brasileira, para tanto, o presente estudo busca analisar as possíveis medidas adotadas pelos diferentes governantes do Estado de Minas Gerais com intuito de propiciar um maior crescimento das pequenas e médias empresas, através do exame dos setores que conseguiram crescer e dos setores que não tiveram crescimento. Irá constar nessa análise, informações sobre a ajuda que os setores receberam do governo e entender se o desenvolvimento destas firmas depende, de fato, da ação governamental ou se a falência e estagnação é apenas um movimento da economia mineira.

Este trabalho será dividido em 7 partes, sendo a primeira está introdução. A segunda parte mostrará o referencial teórico, a terceira parte será a apresentada a metodologia. A quarta parte será mostrada os gastos e o planejamento dos governadores de Minas Gerais no período de análise (2010 a 2018), sendo os governadores Antônio Anastasia e Fernando Pimentel, salientando que a ideia não é entrar em quais políticas foram mais qualificadas e sim entendermos qual era o investimento nas microempresas dos governadores. A quinta parte irá conter as 5 maiores crescimento de setores de empresas de pequeno e médio porte em Minas Gerais, e vamos a partir destes dados analisar se tiveram alguma ajuda governamental e se isso contribuiu para o crescimento destes setores. Na sexta parte será feito o contrário, iremos analisar os 5 piores setores de empresas de pequeno porte e fazer mesmo que na quinta parte. Por fim a sétima parte será a conclusão deste trabalho.

2 - REFERENCIAL TEÓRICO

Antes de dar início a discussão sobre a participação do governo no auxílio das médias e pequenas empresas no Estado de Minas Gerais, é importante entender o papel do Estado e como é o funcionamento do orçamento público brasileiro, para assim apresentar informações mais específicas sobre o tema de pesquisa.

2.1 O papel do Estado na Economia

Diversos são as funções devem exercer, seja social, político, organizacional, administrativo, econômico, jurídico etc. Uma das finalidades diz respeito a eliminar "falhas de mercado".

Entende-se por falhas de mercado uma situação na qual um mercado competitivo é ineficiente, isto é, os preços não fornecem sinais adequados aos consumidores e produtores, que podem ocorrer em duas situações a saber: i) externalidades, a atuação do mercado pode gerar custos ou benefícios que podem ser refletidos na economia; ii) carência de informação, quando os consumidores não possuem informações suficientes sobre a qualidade ou natureza de determinado produto (PYNDICK E RUBINFELD, 2013). Como se observa, tais externalidades podem ser positivas ou negativas cabendo em certas situações a intervenção do Estado, com o objetivo de auxiliar na resolução ou minimização dos efeitos na economia para o bem da sociedade.

Ostroski (2010) exemplifica a necessidade da intervenção estatal;

A crise da década de 1930 consolidou a necessidade dessa presença do Estado com a função de regulador da economia, a fim de combater a inflação, o desemprego, a promoção do bem-estar social, uma distribuição de renda de forma mais equitativa e uma ampliação das políticas de seguridade social, como forma de atender as populações menos favorecidas (OSTROSKI, 2010, p. 23).

Um outro exemplo, que diz respeito a uma externalidade negativa, foi a pandemia de covid-19, iniciada em 2019 que afetou a economia mundial. O governo através de sua atuação pode executar externalidades, uma negativa seria o aumento dos impostos e multas, desestimulando as empresas e pessoas, uma positiva seria investimentos e/ou subsídios estimulando as empresas. (LEAL, NASCIMENTO, FEIO E CARVALHO, 2022).

Em suma, as atividades que governo pode realizar podem se enquadrar em quatro grandes categorias, i) a produção de bens e serviços; ii) a regulação e subsídio do setor privado; iii) a compra de bens e serviços e iv) a redistribuição de renda (STIGLITZ, 2000).

O foco do presente estudo está na subsídio do setor privado, ou mesmo, analisar as externalidades positivas executadas sobre as MPE's e verificar se os estímulos foram suficientes para dar retornos significativos no Estado Minas Gerais, conforme orçamentos Públicos dos governadores, no ano de 2011 e 2015.

Porém, para aplicação de qualquer tipo externalidades ou algum gasto governamental há um controle por trás deles, após a constituição de 1988 viu se necessário um maior controle dos orçamentos da União, desta forma, criou-se diversas Leis importantes para o controle Orçamentário, a saber: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentário (LDO) e Lei Orçamentário Anual (LOA) (ALMEIDA, 2016).

Entretanto, antes de abordar sobre o controle orçamentário, é importante entender o que é o orçamento público, que será abordado a seguir.

2.2 Orçamento Público

O orçamento público pode ser definido como um plano financeiro realizado por uma administração pública de um país, em que se descreve informações de gastos e receitas previstas em dado período de tempo (MOGARDO, 2011). Há também classificações orçamentárias, que consistem em uma lista de códigos em que são apresentados uma série de itens de gastos e receitas agregados. Contudo, o mesmo possui um amplo e diferente conjunto de aspectos, como: político, contábil, financeiro, econômico, administrativo, jurídico etc.

Assim, o orçamento público federal é elaborado e veiculado conforme constituição de 1988, por meio de três leis: o Plano Plurianual (PPA); a Lei de Diretrizes Orçamentário (LDO) e a Lei Orçamentário Anual (LOA).

O PPA é um plano de Médio Prazo visando apresentar e detalhar os programas e ações governamentais em 4 anos, porém, com início no segundo ano do mandato até o final do 1º período do exercício financeiro do mandato seguinte, tendo como suas principais características, acelerar o crescimento econômico, promover inclusão social e reduzir as desigualdades regionais, o mesmo é revisado anualmente pelo LDO e LOA (OSTROSKI, 2010).

Já a LDO tem o foco do estabelecimento de metas e prioridades do Estado e além de orientar a criação da LOA, ela atravessa diretrizes tanto financeiras como tributárias, carregando assim maior participação do poder legislativo no processo de construção do Orçamento. A LOA tem o objetivo de conter as previsões das receitas e autorização das despesas de acordo com a possível arrecadação, em todos os âmbitos e setores, incluindo empresas estatais e programas governamentais, este trabalho irá apresentar as despesas do orçamento conforme a Lei Orçamentaria Anual do governadores nos anos de 2011 e 2015 (ALMEIDA, 2016).

Com as leis citadas acima em vigor, decorrem 4 fases Orçamentária, sendo a primeira a parte da Elaboração, nesta etapa é orçado as despesas e as receitas, este passo é executado pelo Poder Executivo. A segunda fase é aprovação do primeiro passo, sendo executada pelo Poder Legislativo, seu principal papel é verificar se está sendo respeitadas as Leis citadas anteriormente. Após a aprovação inicia-se a terceira fase, que é a execução do Orçamento, basicamente é botar em prática o que foi elaborado e aprovado nos passos anteriores, sendo executado no ano civil, nem sempre a execução será perfeitamente igual ao planejamento, mas sempre devem respeitar as leis orçamentárias. Por fim, a quarta fase é controle orçamentário, que se baseia no acompanhamento do caminho que o orçamento está sendo tomado. Bem como verificar se as leis estão sendo respeitadas, desta forma, esta fase é atrelada aos poderes Legislativos e Executivos (VIEIRA, 2011).

2.3 Contextualização

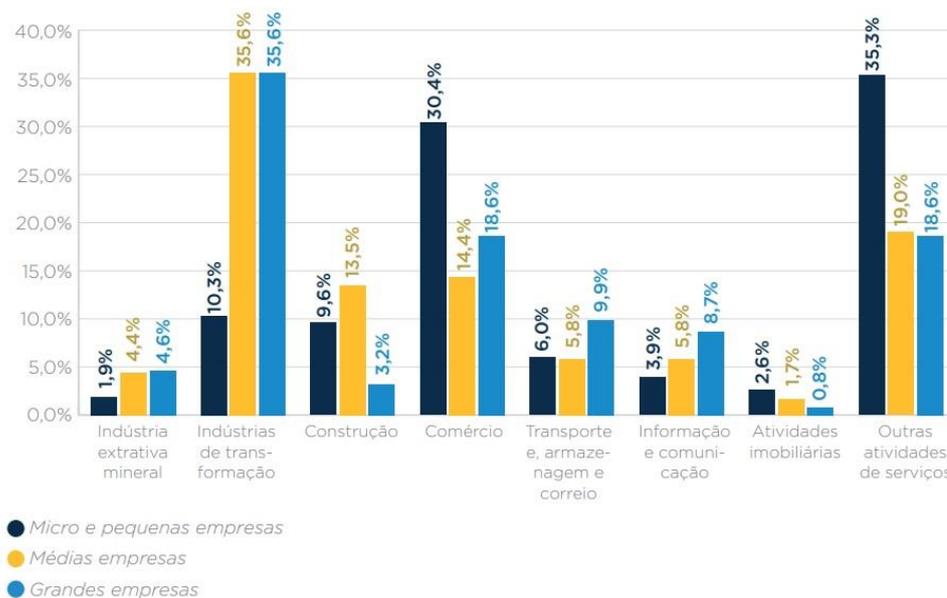
As grandes instituições obtêm ajuda com subsídios, investimentos e facilidades de créditos. Em 2014, por exemplo, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) desembolsou mais de 128 bilhões para grandes companhias, enquanto para médias, pequenas e micros empresas o valor foi de 59 bilhões de reais aproximadamente. Apesar da queda dos desembolsos gerais nos anos seguintes, o valor gasto para as empresas de menor porte sempre é menor em relação as empresas de grande porte (BNDES, 2018).

A força das grandes firmas torna a atuação no mercado ainda mais difícil, para as pequenas e médias empresas, obterem alguma parcela desse mercado, que em determinado momento tentam sobreviver a competitividade, necessitando ainda mais de apoio governamental para gerar algum crescimento. Avellar e Botelho (2015) destacam essa relevância do governo para médias e pequenas empresas, e apresentam que instituições deste porte representam cerca de 90% dos estabelecimentos brasileiros, ou

seja, isso corrobora com a necessidade do Estado ter maior preocupação com tais empresas no país, para que possam crescer mais facilmente (DATASEBRAE, 2020).

Mais especificamente, por meio da Figura 1, a seguir, pode-se verificar o percentual de participação por porte de empresa e setor no valor adicionado¹ na economia do Brasil para o ano de 2017².

Como se observa, as pequenas e médias empresas, detêm a maior parcela do valor adicionado do Brasil, nos principais setores produtivos, isto é, possui uma relevância nos aspectos produtivos e de renda expressivo na economia nacional.



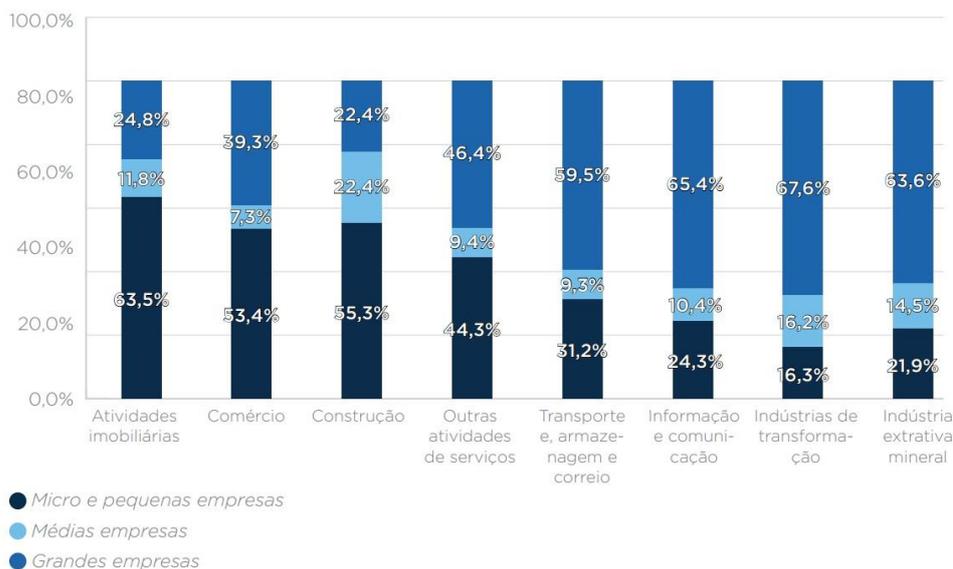
Fonte: FGV projetos em Sebrae (2020).

Figura 1 – Valor adicionado por tamanho de empresa, conforme setor produtivo do Brasil, 2017.

A Figura 2, abaixo, mostra o percentual de participação por setor e tamanho de companhia, o que corrobora ainda mais a importância das firmas de pequeno e médio porte na economia brasileira.

1 Entende-se por valor adicionado, o produto interno produto – PIB de um país.

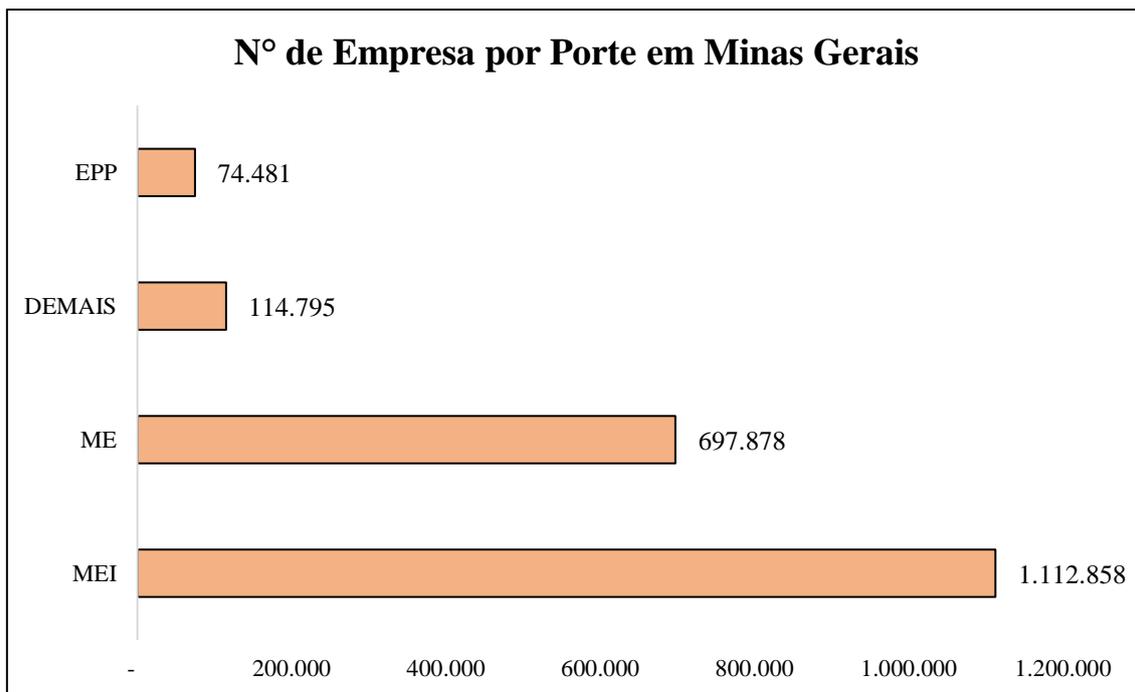
2 Dado mais recente encontrado junto ao SEBRAE e IBGE.



Fonte: FGV projetos em Sebrae (2020).

Figura 2 – Percentual participação do valor adicionado por tamanho de empresa e setor produtivo no Brasil, 2017.

No quesito emprego, se verifica o mesmo movimento, ou seja, pequenas e médias empresas, conjuntamente, apresentam maior percentual na geração de empregos do país, o qual foi de cerca de 51%, tendo como destaque setores como: comércio, outras atividades e serviço e indústria de transformação (SEBRAE, 2020).



Fonte: DATA SEBRAE 2020.

Gráfico 1 – Número de empresas por porte Minas Gerais.

Ao analisar a participação estadual das pequenas e médias companhias, o Estado de Minas Gerais obteve 1.8 Milhões, isso representa 94% do total de empresas no estado, sendo que 1.2 milhões são Microempreendedor individual (MEI), representando 55% conforme o gráfico 1. Tratando-se de funcionários em Minas Gerais, no ano de 2020, a força de trabalho representava 45% do total da população empregada, cerca de 1.958.947. O setor que se desta também é o setor de Comércio, com 31% deste valor (IBGE, 2020).

É observado que o governo gastou mais com as grandes firmas do que com as pequenas, além disso, mesmo com grande número de programas criados pelo governo os recursos não necessariamente estão sendo aplicados (CAVALCANTI E MARTINELLI, 2007). Com essa compreensão, percebe-se que a falta de apoio e conhecimento interno de empresas de médio e pequeno porte, se torna um problema, pois elas representa 52% dos empregados brasileiros, sendo mais 16 milhões de pessoas, ou seja, sua falência ou decadência de pequenas empresas e impacta diretamente nas pessoas e na economia brasileira (SEBRAE, 2018).

Em Jones (2015), os países ricos contêm um alto investimento e que altos investimentos geram crescimento para estes países, quando analisamos o modelo simples de Solow, ele apresenta claramente o crescimento conforme o investimento do país. Desta

forma, é pressuposto que para geração de crescimento de um país é necessário um investimento. Deixa-se claro que o investimento não é a única causa de crescimento.

Mas para gerar esses gastos é necessário a criação de Orçamentos, o surgimento deles traz a ideia de controle, porém com passar dos tempos o Orçamento evoluiu em suas características e hoje no Brasil é aplicado o “Orçamento-Programa”, ele leva a ideia de planejamento, pois além de apresentar o controle das despesas do Estado, deve-se ponderar o objetivo pretendido dele, além de apresentar para a população qual será seu enfoque, ENAP (2014). Através dos Orçamentos dos governadores será visto os seus focos dos setores que receberam investimentos e assim vincular com os aumentos ou quedas dos números empregatícios, levando em consideração que desemprego é uma das variáveis da economia.

Para Banterli e Manolescu (2007), o desenvolvimento dos pequenos negócios também são de grande importância e descartá-lo seria um erro para desenvolvimento do país:

As MPEs representam uma importante fonte de geração de riqueza para o país, portanto ignorar o potencial desses empreendimentos significa desvalorizar um importante agente de fomentação da economia, que contribui de forma significativa para o seu desenvolvimento (BANTERLI E MANOLESCU, p. 2423, 2007).

Ele atribui essa importância para as micro e pequenas empresas por apresentarem números importantes ao país, como o número de empregados e parcela do PIB nacional (Pag 9). Sendo assim, elas são essenciais e devem obter políticas específicas para seu desenvolvimento.

Apesar do investimento ser algo trivial para o crescimento nem sempre é algo simplista, investir em inovações por exemplo traz bastante dificuldade pela incerteza de seu retorno e de receitas futuras, desta forma, a ajuda governamental entraria nessa situação, eles conseguiriam reduzir este risco por meio de financiamentos abaixo do mercado, Sant’ana e Gonçalves (2014). É claro que a forma de ajudar as empresas a investirem não é apenas por meio de financiamento, mas quando se trata das pequenas firmas essa ação tende a ser mais atrativa, conforme é citado por Sant’ana e Gonçalves (2014):

A redução de impostos tende a beneficiar as grandes empresas que possuem projetos de larga escala com riscos acentuados. Para pequenas empresas, financiamentos oferecidos por fontes públicas, a um baixo custo, são fundamentais para o encaminhamento do processo inovativo. (SANT’ANA E GONÇALVES. P. 8, 2014).

Diante disso, é observado que investimentos as pequenas empresas podem trazer crescimento e desenvolvimentos econômico para o país e para o local onde estejam inseridas. Porém é notado uma dificuldade de sobrevivência das pequenas e médias firmas, como no texto de Machado e Espinha (2005), que inúmera as várias formas de fracassos das empresas deste porte.

Este fato também é evidenciado por Ott et al (2014), apenas a força de vontade e entusiasmos não gerará retorno para as pequenas empresas e desta forma é necessário um conhecimento financeiro, pois nos primeiros imprevistos essas empresas não obtêm capital e chegam à falência, além deste conhecimento, é de suma importância o conhecimento do negócio, como concorrência e precificação de mercado. Desta forma, não somente o financiamento irá fortalecer as empresas é necessário a geração de conhecimento.

Como destacado o investimento mostra-se um grande fator para o crescimento de um país e as pequenas empresas obtêm números importante para o Brasil, além de apresentarem ajuda para o crescimento de uma região, sendo assim, um apoio governamental ou um investimento específico para estas firmas é de grande valor para o desenvolvimento, mesmo que sua sobrevivência não esteja ligada apenas ao governo, um crescimento das micro empresas podem gerar um crescimento para o todo.

2.4 - Definição dos tamanhos das empresas

As empresas de pequeno porte lutam para não ir à falência, elas podem terem fracasso já em seu primeiro ano de vida e as que sobrevivem têm dificuldades de se manterem, muitas delas encerram as atividades em até o seu terceiro ano de existência (Sales, Barros e Pereira, 2008). Desta forma precisa-se entender quem são essas empresas e qual o real tamanho delas.

No Brasil as firmas são divididas de duas maneiras, a primeira é de acordo com o faturamento, esta forma também é o principal formato de tributação do governo, aqui que encaixamos o simples nacional, a divisão dos tamanhos é a seguinte;

- Microempreendedor Individual (MEI) – Até R\$60.000,00
- Microempresa (ME) – Até R\$360.000,00
- Empresas de Pequeno Porte (EPP) – Acima de R\$360.000,00 até R\$3.600.000,00

Pode-se englobar as ME e EPP como Micro e Pequenas Empresas (MPE), outro ponto que devemos ressaltar que para ser classificado como MEI além do faturamento a

empresa deve ter no máximo um empregado além do socio e esse empregado deve receber no máximo o piso que sua categoria qualifica. Lei Complementar 123 de 14/12/2006, atualizada pela Lei Complementar 139 de 10/11/2011, Sebrae, (2020).

O outro formato de classificação das empresas, é pelo número de funcionários, essa classificação é bastante utilizada para tentar mostrar os números das MPE's na geração de emprego, a divisão desta forma fica o seguinte;

- Microempresa (ME) – Comercio e Serviço, até 9 empregados. Industria, até 19 empregados.
- Empresa de Pequeno Porte (EPP) - Comercio e Serviço, de 10 até 49 empregados. Industria, de 20 até 99 empregados.
- Empresa de Médio Porte - Comercio e Serviço, de 50 até 99 empregados. Industria, de 100 até 499 empregados
- Grandes Empresas - Comercio e Serviço, de 100 empregados ou mais. Industria, de 500 ou mais empregados.

(SEBRAE-NA/ DIEESE, 2013, P. 17.)

As MPE's e os MEI's representam grandes números em nosso país, atualmente temos mais de 19 milhões de empresa, sendo 51% de MEI's e as MPE's representam cerca de 38% das empresas do Brasil e esses pequenos negócios representam mais de 50% das pessoas empregadas, sendo esses números com carteira assinada, número que aumentaria se colocarmos as pessoas empregadas sem estar devidamente registra como aufere a lei, além desses pequenos negócios apresentaram cerca de 27% PIB brasileiro em 2011, é de grande importância que além de números empregatícios ou número de empresas em si, é sabermos a participação delas no mercado brasileiro (Sebrae, 2020).

3 - METODOLOGIA

O presente estudo busca analisar o crescimento em números de funcionários das MPE's por setores, isto é, será observado quais setores tiveram crescimentos e quais tiveram piores rendimentos no quesito de pessoas ocupadas no período de 2010 a 2018 em Minas Gerais, correspondente ao mandato de cada governador a saber: Governo Anastasia e Governo Pimentel.

Para tanto, os dados a serem analisados foram retirados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e através dos dados da CNAE 2.0 (Classificação Nacional da Atividade Econômica). Além disso, será adotada a metodologia “Demografia das Empresas e Estatística do Empreendedorismo”, 2019, que tem como objetivos mostrar setores com empresas de alto crescimento e setores com empresas gazelas, a definição de empresas de alto crescimento e empresas gazelas está de acordo com o estudo *EUROSTAT-OECD manual on business demography statistics e Measuring entrepreneurship: a collection of indicators*, 2007, através dos estudos entenda-se que para uma empresa ser considerada de alto crescimento ela deve aumentar seu quadro de funcionário em 20% ano a ano.

Será utilizado também dados extraídos do CEMPRE, que consiste em dados de pessoas jurídicas, como dados cadastrais, pessoal assalariado, resultado líquida da operação, setor de exercícios, entre outros, com estes dados o IBGE consegue tabulá-los para análises das empresas de alto crescimento. Evidenciado pelo estudo que empresas de alto crescimento são geradoras de empregos, “Demografias das Empresas e Estatística do Empreendedorismo”, 2019, estes estudos têm como objetivos mapear a dinâmica da demografia das empresas e do empreendedorismo.

Entretanto, o foco do presente trabalho é entender como o Estado de Minas Gerais pode ajudar no crescimento da MPE'S, com isso, será comparado os investimentos do governo mineiro, com as entradas dos funcionários seguindo a lógica dos estudos “Demografia das Empresas e Estatística do Empreendedorismo”.

Desta forma, a análise que será apresentada irá se basear na entrada de funcionários nas empresas no período de 2010 a 2018 em Minas Gerais, sendo eles Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) e Empresa de Médio Porte, não será analisada Empresas de Grande Porte, pois o objetivo do trabalho é observar o crescimento das MPE's em Minas Gerais. Além destes dados será buscado os

investimentos dos governadores mineiros neste período e quais estão voltados para firmas consideradas de pequeno porte.

Após a apresentação dos dados, será feita uma análise com base nas ações governamentais, em que, será observado se houve crescimento ou a queda do número de funcionários e se as entradas das empresas tiveram algum tipo ajuda governamental que justifique tal acontecimento. Desta forma, poderá se observar se o apoio do governo para algum setor gerou algum crescimento no aumento dos funcionários.

Mesmo com dados específicos não será afirmado que a causa de algum crescimento foi somente por conta de alguma ajuda governamental, ou se a queda de rendimento das empresas foi gerada pela falta de ajuda, conforme Sales, Barros e Pereira (2008), mostram que a maioria das falências é devida a falta de conhecimento dos empreendedores em outras áreas sem ser a do empreendimento, em questão como finanças e marketing. Tem-se também a afirmativa que ajuda governamental e qualquer âmbito é de extrema importância para promover o crescimento, como abordado por Avelar e Botelho (2015):

A questão do financiamento e de medidas indiretas de apoio às empresas de pequeno porte apresenta-se como aspecto de grande relevância, dadas as dificuldades estruturais que estas empresas possuem para acessar crédito. (AVELAR E BOTELHO, p.383, 2015).

Como também as pequenas empresas conseguem atingir um nível de inovação considerável;

Em suma, as evidências empíricas que sustentam a existência de uma importante atividade de inovação por parte de pequenas empresas, em conjunto com as dificuldades de acesso a financiamento, implicam em uma forte atuação do setor público, seja diretamente na concessão de empréstimos por meio de bancos e agências públicas, seja indiretamente, por meio de incentivos fiscais, estímulo à formação de mercados de capitais mais favoráveis às empresas de pequeno porte. (AVELAR E BOTELHO, p.383, 2015)

Outro ponto importante para o crescimento e desenvolvimento de empresas de pequeno porte é a continuidade do trabalho governamental, com mudanças de governos deve se haver melhorias dos projetos e não extinção, Rodrigues (1998), evidenciado este fato para desconcentração regional das empresas.

Mesmo com estes estudos não pode-se dizer que um crescimento ou queda ocorreu somente por uma ajuda governamental, outros fatores podem ter influenciado tal movimento, de modo que gere mudanças de crescimento ou quedas de algum setor, como

crises financeiras, doença e inovações tecnológicas, que altere os faturamentos e a estrutura de custos das empresas.

Para análises será separados 17 grupos de setores, a agrupação destes setores foram feitas através do IBGE em Cadastros Central de Empresa, sendo esses setores, 1 - Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, 2 - Indústrias extrativas, 3 - Indústrias de transformação, 4 - Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação, 5 - Construção, 6 - Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas, 7 - Transporte, armazenagem e correio, 8 - Alojamento e alimentação, 9 - Informação e comunicação, 10 - Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados, 11 - Atividades imobiliárias, 12 - Atividades profissionais, científicas e técnicas, 13 - Atividades administrativas e serviços complementares, 14 - Educação, 15 - Saúde humana e serviços sociais, 16 - Artes, cultura, esporte e recreação, 17 - Outras atividades de serviços.

A separação do IBGE foi no total de 20 grupos, porém usaremos apenas estes 17, pois os outros 3 excluídos da pesquisa não contém empresas empresariais, somente as empresas públicas, como o texto está focando nas empresas privadas e não nas empresas públicas os setores em questão foram excluídos, sendo eles, 1 - Eletricidade, 2 - Serviços domésticos, 3 - Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais. Vale salientar também que em alguns setores não há empresas de todos os tamanhos, pela pesquisa feita pelo IBGE há dois tipos de identificação para essas empresas, sendo elas, “-” e “X”, sendo o primeiro um valor nulo, ou seja, o número de empresas é igual a 0, o segundo seria um valor inibido para não identificar o informante, os 3 setores excluídos contém uma das duas identificações e por isso a sua exclusão. A escolha dos 17 setores se dá pela CNAE 2.0, que é a classificação dos setores da economia brasileira, desta forma, para facilitação de busca de dados e análise seguimos a mesma da CNAE 2.0.

As indústrias têm classificação diferente do restante dos setores, sendo assim, sua capacidade de funcionários é considerada diferente conforme os dados do SEBRAE, desta forma, essa diferença será aplicada, ou seja, as ME, EPP e Empresa de Médio Porte, para as indústrias serão consideradas em valores diferentes das outras demais empresas, conforme os dados do SEBRAE, os números empregatícios deste setor serão evidenciados nos próximos seções.

4 – POLÍTICAS RECENTES EM MINAS GERAIS PARA O FOMENTO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Neste capítulo, será feita uma análise das propostas orçamentárias de 2011 e 2015, dos dois governadores de Minas Gerais que passaram no período de 2010 a 2020, o objetivo dessas análises não é julgar quais aplicações eram mais eficazes para Minas Gerais, e sim analisar quais eram as que ajudariam as MPE's e para contextualizar os setores que se destacaram no período em análise.

4.1 - Governo Anastasia (2011-2014)

O Quadro a seguir apresenta os investimentos orçados em 2011 que atinjam as micros e médias empresas, sendo apresentado o órgão investido, o valor do investimento, a sua representatividade sobre todo o orçamento do ano, o objetivo do órgão e quem se beneficia com investimento, seja por tamanho das empresas o ou setor que ela se inseri.

Quadro 1 – Órgãos de investimento a empresa do Estado de MG em 2011

Órgão	Valor	%	Objetivo	Beneficiado
FUNDO DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO	R\$ 396.960.000,00	0,85	Lei n° 22606/2017 Art. 1° “Fica criado o Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento – Fides -, com o objetivo de dar suporte financeiro a programas de financiamento destinados ao desenvolvimento e à expansão do parque industrial mineiro e das atividades produtivas e de serviços nele integradas.”	Empresas dos setores industriais, agroindustriais, metalúrgicas, comércios, comércios atacadistas, produtores rurais, produtores florestais e serviço, com execuções de projetos florestais, agroindustriais e minerais voltado para o empreendimento do Estado.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	R\$ 228.591.549,00	0,49	“Promover ambiente atrativo para novos negócios e fortalecimento dos setores econômicos existentes.”	Microempresas, empresas de Pequeno Porte e Startups
FUNDO DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONOMICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	R\$ 152.465.500,00	0,33	Lei nº 11.396 Art. 1º - “Fica criado o Fundo de Fomento e Desenvolvimento Socioeconômico do Estado de Minas Gerais – FUNDESE -, com o objetivo de dar suporte financeiro a programas de fomento e desenvolvimento de médias, pequenas e microempresas e de cooperativas localizadas no Estado de Minas Gerais.”	Pequenas, Microempresas, Médias Empresas e Cooperativas, conforme a lei estadual.
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS	R\$ 31.067.146,00	0,07	“A Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (Jucemg) tem por finalidade executar, administrar, fomentar, facilitar e simplificar a prestação de serviços públicos de registro e arquivamento de atos	Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

			relativos ao empresário e as empresas”	
SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO	R\$ 20.151.008,00	0,04	“Promover o desenvolvimento sustentável do meio rural e do agronegócio, em benefício do produtor rural e da sociedade mineira.”	Empresas Rurais, Agronegócios.
TRANSFERENCIAS DO ESTADO A EMPRESAS	R\$ 6.594.000,00	0,01		
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO JAIBA	R\$ 3.239.500,00	0,01	“constitui o instrumento financeiro para a sustentação de programas de financiamento que atendam a agricultura irrigada e atividades complementares localizadas na área de abrangência do distrito agroindustrial do Jaíba”	Empresas de todos os setores localizada na região de Jaíba e pessoas físicas da região.

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	R\$ 184.965,00	0,00	Lei nº 11.744 “Fica criado o Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural – FUNDERUR -, como instrumento da política estadual de desenvolvimento agrícola e de apoio às comunidades rurais.”	Produtores rurais, Associações de pequenos produtores rurais e associações de produtores rurais legalizada pelo CEPA.
FUNDO DE INCENTIVO A INOVACAO TECNOLÓGICA	R\$ 1.000,00	0,00	“Dar suporte financeiro a projetos de criação e desenvolvimento de produtos e processos inovadores nas EBTs e nas ICT-Privadas”	Empresas com a aprovação, pela Fapemig.
Total	R\$ 839.254.668,00	1,80		

Quadro 1: Criação própria, fontes para dados: Portal de Transparência do Estado de Minas Gerais.

Na Quadro 1 acima pode-se observar o valor que era empregado no planejamento orçamentário do governo de Minas Gerais em 2011 voltado para empresas mineiras, o planejamento orçamentário total foi no valor de R\$ 46.664.347.828,00, o planejamento voltado no investimento das empresas totalizou o valor de R\$ 839.254.668,00 isso representa aproximadamente 1,80% de todo Planejamento Orçamentário de 2011. Apesar de parecer um valor baixo em relação ao total temos que ter em mente que há vários setores para um investimento, além dos investimentos indiretos como por exemplo a educação que pode proporcionar no futuro inovações a empresa, um exemplo mais clássicos que esse é o investimento na “Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão” que sozinha totalizou 0,58% do Planejamento Orçamentário de 2011, ela apesar de não ser voltada diretamente as empresas ela consegue atingir as mesmas indiretamente, sua missão é caracteriza por;

A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag) tem como atribuição formular, coordenar estrategicamente políticas públicas que propiciem o desenvolvimento econômico, cultural e social sustentável do Estado de Minas Gerais com o objetivo de promover a redução das desigualdades regionais e sociais. SECRETARIA PLANEJAMENTO DE GESTÃO (SEPLAG, 2003).

Além de ter várias fundações que também ajudam para o crescimento das empresas, como Fundação João Pinheiro (FJP) que representa 0,05% e Instituto de Geociências Aplicadas (IGA) que representa 0,01%.

Com esses valores o governo esperava investir mais de 839 milhões de reais em empresas em apenas 2011, porém apenas um item do planejamento já ultrapassa todo esse valor, temos o departamento de estradas, institutos e fundos de previdências, a Polícia Militar, tribunal de justiça e entre outros estão acima deste valor apresentado, a questão aqui como citado acima, não é criticar a ação governamental e sim mostrar suas preferências de investimentos, desta forma notamos que esses itens citados era de maior preferência do que o investimentos nas empresas.

Pode-se observar também que o “Fundo de Incentivo de Inovação Tecnológica” tem apenas R\$1.000,00 para investimento, seu valor é tão pequeno que sua porcentagem não é contada no Quadro 1, este valor tornar o Fundo o mais baixo investimento de todo planejamento orçamentário, juntamente com o “Fundo De Universalização Do Acesso A Serviços De Telecomunicação Em Minas Gerais”, ou seja, percebe-se que as inovações não são foram o foco deste governo no seu primeiro ano de atuação.

Observa-se também que dentre os investimentos as empresas, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte recebem um grande apoio, porém nem todos setores, primeiro percebemos o baixo apoio de empresas no setor de tecnologia como citado acima, o Estado mais apoiou empresas de áreas agroindustriais, metalúrgicas e produtores rurais, a comprovação deste fato é o primeiro órgão, Fundo De Incentivo Ao Desenvolvimento, totalizando 0,85% de todo planejamento, sendo que o mesmo se caracteriza com o apoio a esse setor, além de outros dentro da Quadro 1.

Entende-se que todo planejamento governamental ocorrerá em busca de atingir o seu objetivo inicial, sendo levado em consideração toda a necessidade do Estado, em qual será desenvolvida em seu período estipulado (OSTRASKI, 2010).

4.2 - Governo Pimentel (2015-2019)

No quadro 2 a seguir, tem-se a projeção de gastos do governo de 2015 voltado para empresas, a qual não houve diferenças em relação aos órgãos da tabela 1 de 2011,

mesmo que nas projeções de 2015 tenham aumentado o número de órgãos. Em 2015 a projeção orçamentaria total foi no valor de R\$86.708.441.296,00, apesar da grande elevação de 2011 a 2015 os gastos com empresas não cresceram, o total gasto com empresa foi no valor de R\$ 563.284.013,00, o que representa 0,65% do valor total, uma grande queda entre as duas projeções, o que mostra que em 2015 não houve grande apoio as empresas pelo Estado de Minas Gerais.

Quadro 2 - Órgãos de investimento a empresa do Estado de MG em 2015

Órgão	Valor	%	Objetivo	Beneficiado
FUNDO DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO	R\$ 370.500.000,00	0,43%	Lei nº 22606/2017 Art 1º "Fica criado o Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento - Fides -, com o objetivo de dar suporte financeiro a programas de financiamento destinados ao desenvolvimento e à expansão do parque industrial mineiro e das atividades produtivas e de serviços nele integradas."	Empresas dos setores industriais, agroindustriais, metalurgicas, comércios, comércios atacadistas, produtores rurais, produtores florestais e serviço, com execuções de projetos florestais, agroindustriais e minerais voltado para o empreendimento do Estado.
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	R\$ 103.403.794,00	0,12%	"Promover ambiente atrativo para novos negócios e fortalecimento dos setores econômicos existentes."	Microempresas, empresas de Pequeno Porte e Startups

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS	R\$ 40.920.765,00	0,05%	"A Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (Jucemg) tem por finalidade executar, administrar, fomentar, facilitar e simplificar a prestação de serviços públicos de registro e arquivamento de atos relativos ao empresário e as empresas."	Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.
SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO	R\$ 33.868.454,00	0,04%	"Promover o desenvolvimento sustentável do meio rural e do agronegócio, em benefício do produtor rural e da sociedade mineira."	Empresas Rurais, Agronegócios
FUNDO DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONOMICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	R\$ 10.120.000,00	0,01%	Lei nº 11.396 Art. 1º - "Fica criado o Fundo de Fomento e Desenvolvimento Socioeconômico do Estado de Minas Gerais - FUNDESE - , com o objetivo de dar suporte financeiro a programas de fomento e desenvolvimento de médias, pequenas e microempresas e de cooperativas localizadas no Estado de Minas Gerais."	Pequenas, Microempresas, Médias Empresas e Cooperativas, conforme a lei estadual.
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO JAIBA	R\$ 4.000.000,00	0,01%	"constitui o instrumento financeiro para a sustentação de programas de financiamento que atendam a agricultura irrigada e atividades	Empresas de todos os setores localizada na região de Jaíba e pessoas físicas da região

			complementares localizadas na área de abrangência do distrito agroindustrial do Jaíba.	
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO A EMPRESAS	R\$ 449.000,00	0,00%		
FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	R\$ 21.000,00	0,00%	Lei nº 11.744 "Fica criado o Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural - FUNDERUR -, como instrumento da política estadual de desenvolvimento agrícola e de apoio às comunidades rurais."	Produtores rurais, Associações de pequenos produtores rurais e associações de produtores rurais legalizada pelo CEPA
FUNDO DE INCENTIVO A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	R\$ 1.000,00	0,00%	"Dar suporte financeiro a projetos de criação e desenvolvimento de produtos e processos inovadores nas EBTs e nas ICT-Privadas"	Empresas com a aprovação, pela Fapemig;
TOTAL	R\$ 563.284.013,00	0,65%		

Quadro 2: Criação própria, fontes para dados: Portal de Transparência do Estado de Minas Gerais.

No quadro 2, verifica-se uma mudança no principal apoio, em 2015 não se teve muito foco em investimentos para microempresas e empresas de pequeno porte, apesar da “Junta Comercial do Estado de Minas Gerais” ter tido um expressivo aumento. Os outros órgãos que são direcionados para MPE’s registraram queda considerável, sendo uma diferença de 25 milhões de reais de diferença do ano de 2011 para o de 2015, ou seja, uma variação de 49%. O setor de agronegócios foi o que mais apresentou aumento, além de serem os que mais receberam investimento, o órgão “Secretaria De Estado De Agricultura, Pecuária e Abastecimento” recebeu um investimento de 33,8 milhões de reais em 2015, sendo um aumento de 13,7 milhões de reais em relação a 2011, variação de 68%.

O Quadro 2 mostra algo parecido do apresentado no Quadro 1, em que o governador direciona seu investimento para outros setores, principalmente no ano de

2015, em que se tem uma elevação do planejamento orçamentário, mas uma redução nos incentivos para empresas no geral, como um exemplo é a “Fundação Ezequiel Dias” que sozinha representa 0,71% da projeção total, ela tem um foco na melhoria do SUS.

É necessário destacar, que nem sempre os Orçamentos apresentam o desejo do governante e sim uma necessidade de focos em certos setores, como apresentado por Ostroski (2010).

Assim se vê o problema: os sistemas orçamentários de muitos países em via de desenvolvimento não têm acompanhado a pressão da demanda que sobre os mesmos exerce o enorme aumento do escopo de atividade do setor público e, em particular, carecem de uma metodologia de planejamento para lidar com os problemas do desenvolvimento econômico. (OSTROSKI, p.26, 2010).

Isso significa dizer que, o direcionamento dos investimentos irá depender de como o governo atual, lida com as diversidades e dificuldades encontradas durante sua gestão para que assim determine onde serão empregados os seus recursos financeiros, além é claro da relação política existente que pode ditar e muito a maneira como estes são direcionados, com o intuito de se manter durante um período maior no poder.

5 - OS CINCO MELHORES SETORES COM MAIS ADESÃO DE FUNCIONÁRIOS EM MG

Nesse capítulo será trabalhado os cinco setores que tiveram mais adesão de funcionários nos anos de 2010 a 2018 em Minas Gerais e em cima desses dados será analisado juntamente com a orçamento de investimento do Estado de Minas Gerais dos dois governadores citados nos capítulos anteriores se há alguma ligação entre ações governamentais com os setores que mais se destacaram na adesão de funcionários.

Vale destacar que, em certos momentos os mercados necessitam de apoio governamental pois o privado não aloca seus recursos, sendo assim necessário para estímulo ação do Estado seja direta ou indiretamente (LEAL, ET AL, 2022).

No Quadro 3 abaixo, nota-se que o item “Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas” está em primeiro lugar em todos os anos exceto em 2016, mostrando ser o setor mais forte no quesito de números de funcionários, isso ocorre independente de qual governador está atuando.

Conforme dados do IBGE (2020), pode-se verificar também que é um dos setores que mais apresentam número de empresas instaladas em Minas Gerais, sendo um dos fatores que fez esse setor ter muitos funcionários, por exemplo, no ano de 2018, havia cerca de 197 mil empresas considerando apenas as MPE's.

Em 2012, o setor mostrou o maior número de funcionário, totalizando 742.326, apenas de MPE's, a força neste ano estava na ME, com um valor de 608.735 empregados, aproximadamente 82% de todos os funcionários no setor de “Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas”.

Quadro 3 – 5 Melhores Setores em Adesão de Pessoas por Ano

2010	
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	546.085
Indústrias de transformação	433.441
Construção	97.150
Transporte, armazenagem e correio	86.388
Atividades profissionais, científicas e técnicas	77.114
2011	
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	552.919
Indústrias de transformação	445.876
Construção	91.430
Atividades profissionais, científicas e técnicas	77.805

Transporte, armazenagem e correio	73.863
2012	
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	742.326
Indústrias de transformação	267.736
Construção	98.346
Transporte, armazenagem e correio	84.273
Atividades administrativas e serviços complementares	78.808
2013	
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	491.111
Indústrias de transformação	279.134
Atividades profissionais, científicas e técnicas	96.849
Construção	89.643
Transporte, armazenagem e correio	85.190
2014	
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	697.899
Indústrias de transformação	338.333
Educação	123.192
Atividades profissionais, científicas e técnicas	89.762
Atividades administrativas e serviços complementares	89.762
2015	
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	718.335
Indústrias de transformação	386.832
Construção	133.512
Atividades administrativas e serviços complementares	121.233
Alojamento e alimentação	85.829
2016	
Indústrias de transformação	351.485
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	341.186
Atividades administrativas e serviços complementares	116.137
Atividades profissionais, científicas e técnicas	95.498
Saúde humana e serviços sociais	83.415
2017	
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	486.388
Indústrias de transformação	254.736
Atividades administrativas e serviços complementares	107.253
Atividades profissionais, científicas e técnicas	105.965
Saúde humana e serviços sociais	87.396
2018	
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	413.458
Indústrias de transformação	387.812
Alojamento e alimentação	132.161
Atividades profissionais, científicas e técnicas	111.070

Fonte: Criação própria, fontes para dados: IBGE - Cadastro Central de Empresas.

O Gráfico 1 abaixo, apresenta a adesão de funcionários no ano de 2011 por setor e por tamanho de empresa. Verifica-se, que as médias empresas tiveram menos funcionários do que as Microempresas no setor de “Indústria de Transformação”, pode-se identificar que as ME’s possuíam 213.983 funcionários contra 162.018 funcionários conforme os dados do IBGE (2020). No ano de 2011 inclusive, foi quando Anastasia se elegeu para o governo de Minas Gerais, ano este, que se registrou um grande investimento no “FUNDO DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO” que é voltado para este tipo de setor (ver quadro 1, p. 12), o valor investido pelo governado foi de R\$ 396.960.000,00, dos investimentos voltados para as pequenas empresas daquele ano ele é o maior.

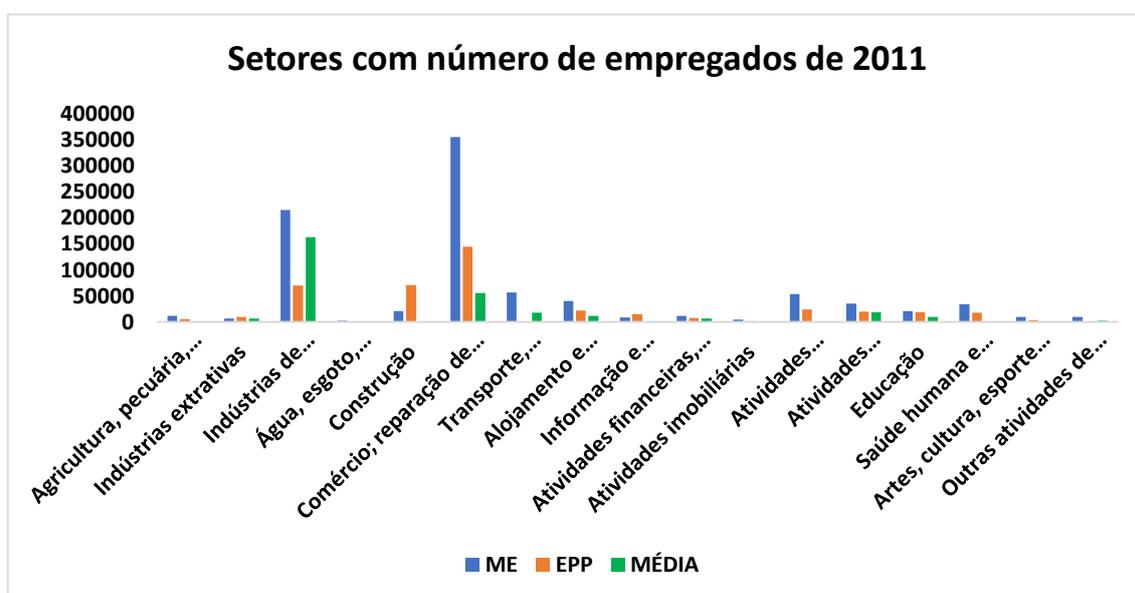


Gráfico 2: Criação própria, fontes para dados: IBGE - Cadastro Central de Empresas.

Gráfico 2 - Adesão de Funcionários por Setor e por Tamanho das Firms em 2011

No ano de 2013, nota-se uma força ainda maior das Médias Empresas no setor de “Indústrias de Transformação” em Minas Gerais, em 2013 é identificado que os funcionários das Médias Empresas totalizavam cerca de 58% de todos os funcionários das MPE’s deste setor, ao se observa apenas as Médias Empresa, “Indústrias de Transformação”, estas representaram 73% dos funcionários no que tange as firmas deste porte, conforme se nota no Gráfico 2, que registra a adesão de funcionários no ano de 2013 por setor e por tamanho de empresa.

Neste ano e setor, o Brasil apresentou 3.349.186 pessoas ocupadas, ao se observar apenas Minas Gerais, obtém-se 279.134, representando a 5ª colocação do país e 8% dos empregados do ano de 2013, apenas considerando as Microempresas, Empresas de pequeno Porte e Médias empresas (IBGE, 2020). Este setor teve um maior crescimento nos anos 70 em Minas Gerais, ocorrido pelos incentivos governamentais para agropecuária no Cerrado, por estes setores estarem próximos das Indústrias de Transformação gerou uma evolução (OLIVEIRA, RIBEIRO E MARTINS, 2020). Assim um investimento em outro setor trouxe um progresso para este setor em questão.

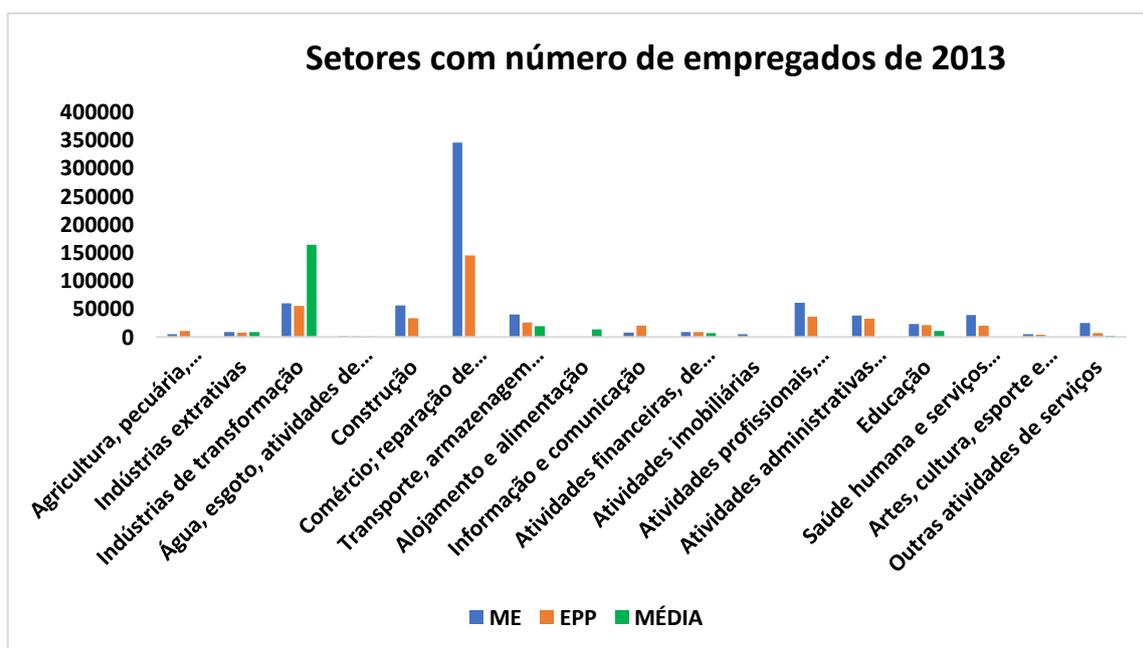


Gráfico 3: Criação própria, fontes para dados: IBGE - Cadastro Central de Empresas.

Gráfico 3 - Adesão de Funcionários por Setor e por Tamanho das Firms em 2012

Por meio do Gráfico 3 nota-se que os setores se repetem nos anos de análise, porém os mesmos ficam trocando de posição entre 2010 a 2018, exceto em 2014 que o setor de “Educação” apareceu fortemente, sendo classificado na terceira posição dos setores que mais contém empregados, sua participação nos outros anos foi despercebida. É observado pelo Gráfico 3 que sua força estava nas EPP’s, essas empresas apresentavam 48.186 funcionários sendo cerca de 58% de todos os funcionários deste setor, ele nos mostra a adesão de funcionários no ano de 2014 por setor e por tamanho de empresa.

Em 2014 houve também o plano Nacional de Educação - LEI N° 13.005/2014, mesmo sendo para todo o país Minas Gerais também foi atingida, este plano basicamente apresentava metas para Educação brasileira com intuito de alavancagem do ensino do

Brasil, uma das metas por exemplo, a meta 1 “ Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE”, dados retirados do Ministério da Educação, apesar que o investimento em educação no Estado continuou por volta dos 12% do planejamento orçamentário Estadual (TRANSPARÊNCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2015).

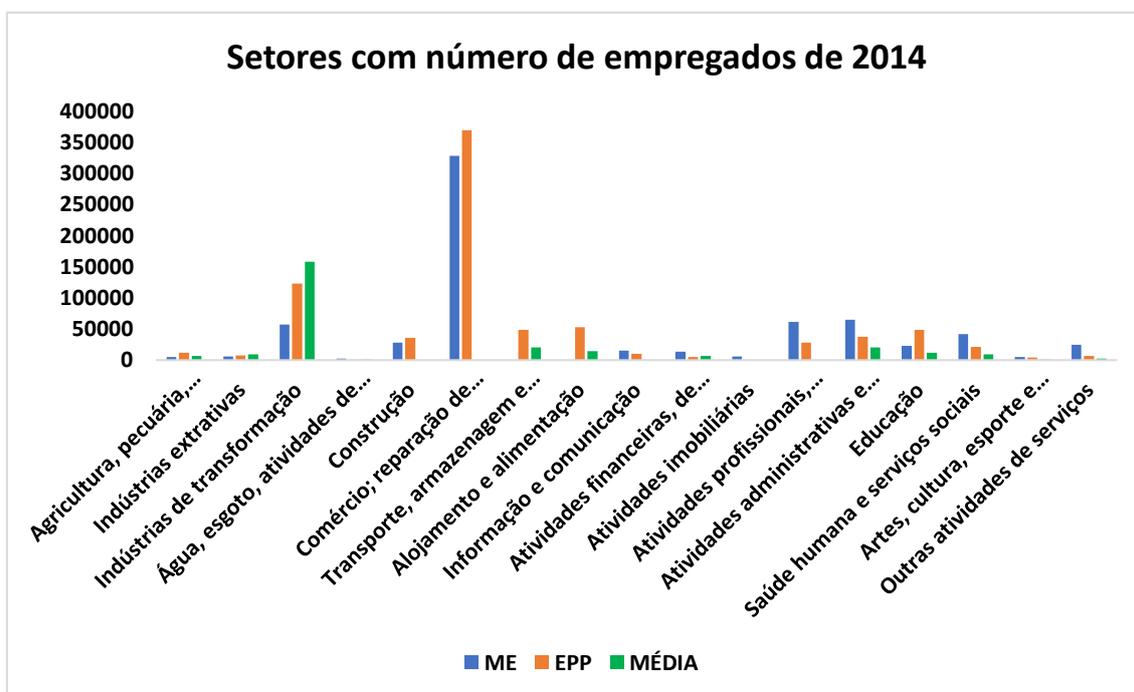


Gráfico 4: Criação própria, fontes para dados: IBGE - Cadastro Central de Empresas.

Gráfico 4 - Adesão de Funcionários por Setor e por Tamanho das Firms em 2014

Vale ressaltar que muitas empresas e consecutivamente setores não recebem informação das ajudas oferecidas pelo Estado, isto é, há presença de assimetria de informação, em que certas empresas e setores tem maior conhecimento dos benefícios e políticas governamentais que os demais. Assim ter acesso a esse tipo de informações podem favorecer os setores, deixando-os mais fortes, como cita de Rodrigues (1998):

Ao tomar conhecimento das necessidades e restrições de um determinado empreendimento, o governo estadual pode mostrar que as condições preexistentes podem ser modificadas e melhoradas e, ao democratizar o acesso às informações, diminuir as incertezas provenientes de informações assimétricas, (RODRIGUES, p.3, 1998).

Obter a informação de qualquer ajuda governamental pode fazer diferença para alavancagem de algum setor, e conseqüentemente, para evolução dos setores. No ano de 2016 o setor de Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas, ainda que em queda mostrou-se forte e permaneceu com um dos maiores em números de empregados em empresas consideradas EPP. Vale ressaltar que, em 2015 os investimentos dos governadores foram reduzidos (TRANSPARÊNCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2015).

O setor que também se mostrou forte em relação aos outros foi o setor de “Indústria de Transformação” esteve sempre na segunda colocação exceto no ano de 2016 que passou para a primeira, lembrando que por ser indústria o número de trabalhadores conforme o Sebrae é diferente e desta forma a sua cotação também é diferente, porém este setor não esteve acima da média dos outros anos, sua subida no ranking é garantida por conta da queda do setor de “Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas”, como pode ser evidenciado pelo Gráfico 4 abaixo.

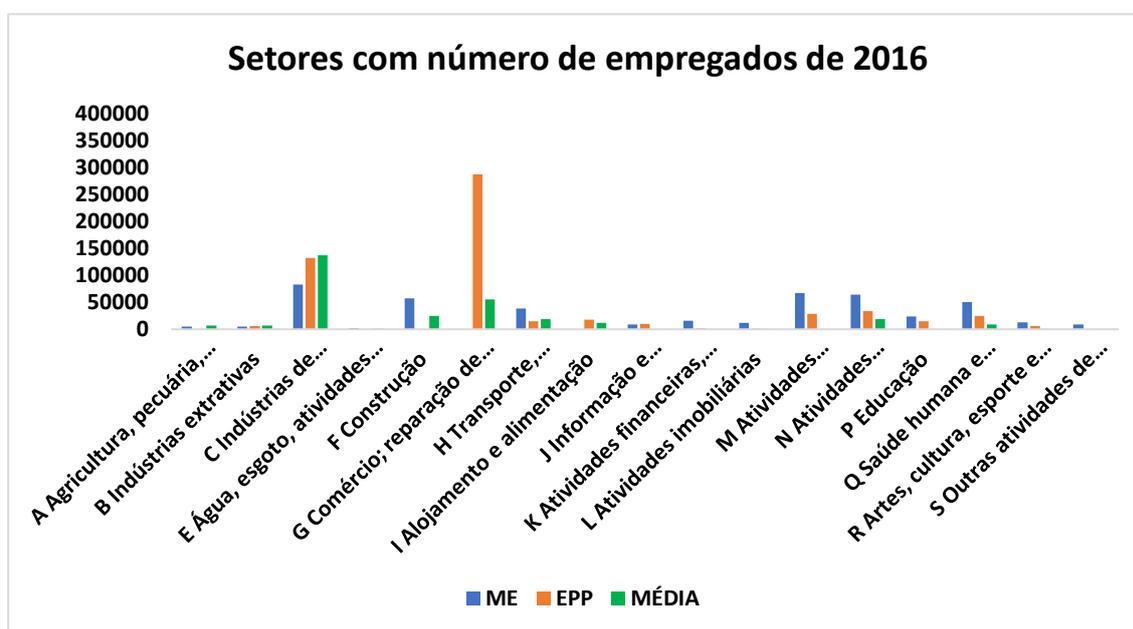


Gráfico 5: Criação própria, fontes para dados: IBGE - Cadastro Central de Empresas.

Gráfico 5 - Adesão de Funcionários por Setor e por Tamanho das Firms em 2016

De acordo com Puga (2002), gerar um apoio as pequenas empresas, pode favorecer a geração de emprego e renda no país, além de ajudar no combate ao desemprego, a geração de inovação e assim favorecer o crescimento do PIB do país. Apesar de ocorrer investimentos em certos setores, os investimentos ainda são

insuficientes, mesmo ao analisar os melhores setores, como destacam Sant’ana e Gonçalves (2014, p 26);

Ao analisar o desempenho operacional dos órgãos públicos de fomento, constatou-se que as operações de financiamento nacionais e estaduais tanto em termos de quantidade quanto em valores monetários envolvidos são ainda muito tímidas.

Ressalta-se ainda, que a falta de inovações pode ocorrer também pela falta de conhecimento dos créditos governamentais além de poucas linhas de créditos.

Nota-se que o setor de “Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas, contém o maior número de empresas e assim consecutivamente o maior número de empregados. Entretanto, o BNDES ofereceu mais crédito para esse setor, no ano de 2011 foi desembolsado 29 Bilhões representam 21%, além de conter 552.919 empregados e em 2015 foram 30 Bilhões representando 30% de todo desembolso e alcançava 718.335 empregados, sendo assim, houve cerca de 3% de crescimento nos desembolsos do BNDES e 30% nos números de empregados (BNDES, 2018).

Conforme destacado anteriormente, o segundo setor com maior crescimento, foi da “Indústria de Transformação”, que também apresentou grande apoio por parte dos governadores de Minas Gerais, conforme os Quadros 1 e 2.

Outro setor que se mostrou no mesmo sentido é o setor de “Educação” que após um fomento governamental exibiu um crescimento em seu número de empregados. Diante disso, nota-se os setores com maior desembolso de investimentos tiveram retornos positivos e se apresentaram no topo do período analisado.

6 - OS CINCO PIORES SETORES COM MAIS ADESÃO DE FUNCIONÁRIOS EM MG

Neste capítulo será apresentado os piores setores em questão de números de empregados nos anos de 2010 a 2018 em Minas Gerais, juntamente com o planejamento Orçamentário, dos dois governadores que atuaram neste período. Poder-se-á observar a existência de alguma correlação entre o nível baixo de empregados nos setores e o investimento realizados pelos governadores, caso seja necessário será mostrados situações que podem trazer a baixa desses setores. Ressalta-se que não se pode afirmar o que levou ao ingresso de poucas pessoas, como já explicitado nos capítulos anteriores um movimento como este pode ter diversos fatores, tanto no âmbito estadual, nacional ou mesmo internacional.

O Quadro 4 abaixo, não apresenta grande variação dos setores que estão com piores números empregatícios, assim os números mostram que não há tanta modificação nos melhores e piores setores em questão de admissão de funcionários, por exemplo, nos 5 (cinco) piores setores no período de 2010 a 2018 apenas nove (9) aparecem no ranking, porém apenas sete rotacionam com maior frequência. Outra observação a ser feita é que muitos desses setores apresentam pelo menos um porte de empresa empregando nenhuma pessoa, apesar deste fator também ter ocorrido no quadro 3 (ver p. 20), é bastante recorrente na parte de baixo do ranking, o que difere dos dois quadros além dos números de adesão, na parte de cima do ranking é que quando as empresas de qualquer porte não está admitindo funcionário, outras tiveram um crescimento em seus números o que gera um movimento no mercado. Já nos cinco piores, não há este movimento e quando uma firma reduz o número de empregados as outras não aumentam e com isso o setor não consegue evoluir.

Quadro 4 - 5 Piores Setores em Adesão de Pessoas por Ano

2010	
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	19508
Indústrias extrativas	18156
Artes, cultura, esporte e recreação	12854
Atividades imobiliárias	8782
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	2410
2011	
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	16190

Artes, cultura, esporte e recreação	13619
Outras atividades de serviços	11352
Atividades imobiliárias	5375
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	3843
2012	
Informação e comunicação	23664
Artes, cultura, esporte e recreação	14242
Outras atividades de serviços	14228
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	4952
Atividades imobiliárias	1288
2013	
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	16228
Alojamento e alimentação	13547
Artes, cultura, esporte e recreação	8567
Atividades imobiliárias	5415
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	3629
2014	
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	23381
Indústrias extrativas	22150
Artes, cultura, esporte e recreação	10254
Atividades imobiliárias	5795
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	4096
2015	
Artes, cultura, esporte e recreação	19.217
Indústrias extrativas	18.880
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	11.659
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	2.883
Atividades imobiliárias	1.326
2016	
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	17825
Atividades imobiliárias	13847
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	11866
Outras atividades de serviços	9309
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	3195
2017	
Atividades imobiliárias	13443
Artes, cultura, esporte e recreação	11139
Outras atividades de serviços	9186
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	5163
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	5116

2018	
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	16689
Atividades imobiliárias	15778
Artes, cultura, esporte e recreação	11404
Outras atividades de serviços	8607
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	3540

Quadro 4: Criação própria, fontes para dados: IBGE - Cadastro Central de Empresa

Um setor que merece destaque é o setor de “Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura”, que tem sido recorrente, ficando escalado sempre entre as cinco posições, apresentado funcionários em todos os setores, não sendo descrito apenas nos anos de 2010 e 2012. Nos anos restantes pelo menos um setor não relatou haver empregado sendo ele normalmente o de Médias empresas, exceto em 2016 que as EPP’s não apresentaram nenhum número de empregados. No ano de 2017 este setor apresentou o número de 5163 funcionários e todos eles eram de ME’s.

É observado, que o setor de “Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura” possui um certo incentivo do governo estadual (conforme quadros 1 e 2), contendo investimentos específicos apenas para a área de agronegócio, apesar deste montante ser muito baixo, o qual representa 0,04% aproximadamente de todo Planejamento Orçamentário do governador Anastasia e do Pimentel. Apesar disso, o ex-governador Anastasia investiu menos sendo 68% de variação negativa para o ano de 2011, mesmo assim observa-se um resultado melhor em 2011 em comparativa com 2015, apresentando uma variação de 28%.

Outro setor que aparece no ranking dos piores setores com número de empregados é o setor de “Indústrias Extrativas”, lembrando que por ser indústria sua contagem é diferente das demais, apesar de aparecer apenas em 3 anos (2010, 2014 e 2015), pois existe uma diferença entre salários entre os portes das empresas, deve-se, por exemplo, no ano de 2015 onde este setor apareceu no ranking, o salário para MPE’s era cerca de 2,8 salários, já para as grandes o valor atingia cerca de 5,8 salários, tal fato pode gerar um deslocamento dos funcionários para as grandes empresas.

É importante salientar que, as pequenas empresas não possuem o mesmo poder de barganha que as grandes, os pequenos negócios conseguem se manterem vivos aqueles que conseguirem aplicar uma tabela de preços menores, essa situação é bastante curiosa, pois no mercado de MPE’s é bastante aproximado de uma concorrência perfeita e esse tipo de mercado dificulta bastante para o crescimento, essa lógica não entram as micros

e pequenas negócio que têm produtos inovadores, sendo assim uma das formas de destaque neste mercado dos pequenos negócios, é a inovação. Cardoso (1982) apresenta a existência de uma superioridade das grandes empresas sobre as pequenas:

Em primeiro lugar, grandes empresas possuem vantagens mais ou menos ligadas à sua eficiência econômica. Além disso, elas estão mais imunes à falência e ao risco' no sentido de serem condenadas ao completo abandono. Por outro lado, possuem maior influência e poder de barganha que as pequenas empresas e poderão usar o seu poder para eliminar a competição ou diminuir as margens de lucro das empresas pequenas e médias (CARDOSO. p. 48, 1982)

E mostra ainda que a inovação das pequenas empresas vem principalmente de sua adaptação ao mercado:

As pequenas empresas são sempre inovadoras em técnica, muitas vezes adaptando técnicas produtivas às circunstâncias 'particulares do país ou região onde se encontram (CARDOSO. p. 47, 1982).

Com isso, pode-se afirmar que qualquer ação governamental em relação as MPE, deve ser bem divulgada e bem aplicada, pois qualquer ajuda em um setor faz com que ele sobressai em relação aos outros. Desta forma, as políticas de apoio às Micro e Pequenas Empresas podem ter maior efeito sobre o crescimento, sobre aquelas em que o governo deposite um nível maior de ajuda.

Segunda Cavalcanti Martinelli (2007), apesar das várias ações governamentais, não se pode afirmar que todas estão sendo bem aplicadas ou tem atingido todas as empresas. Ademais, muitas empresas não progridem, pela falta de conhecimento técnico e qualificação dos trabalhadores das MPE's. Nos pequenos empreendimentos, geralmente, os sócios têm domínio apenas de uma certa área, não sendo atuante em outros campos importantes para o crescimento e inovação da empresa, como nos âmbitos financeiros e de marketing.

Para Sales, Barros e Pereira (2008) outros pontos fortes de falência das pequenas empresas, são: a falta de capital de giro; ponto/ local inadequado; maus pagadores; falta de clientes; carga tributária excessiva; problemas de fiscalização e falta de crédito bancário.

Os setores, "Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura" e "Indústrias Extrativas", são os que mais ficam evidentes neste capítulo, pois ambos recebem incentivos do governo de Minas Gerais. Contudo, as grandes empresas destes

setores que apresentaram maiores números de firmas e incentivos, não necessariamente são focalizados para as pequenas e sim para todo o setor, ou seja, as grandes empresas também recebem esses incentivos.

Observa-se também que nenhum dos outros setores aqui apresentados receberam incentivos governamentais específicos, isto é, os setores que apresentaram melhores incentivos apresentaram-se no topo do ranking e os que não receberam nenhum incentivo apareceram por último. Sendo assim, as empresas que receberam apoio do governo de Minas Gerais conseguiram evoluir e terem bons números empregatícios ao passo que as demais não.

As empresas também podem receber ajuda governamental, através dos incentivos fiscais, basicamente esses incentivos baseiam-se nas restrições dos impostos, entretanto, nem todas as empresas conseguem aderir à ajuda fiscal, na normalidade, apenas as empresas grandes as obtêm, isso ocorre pois para conseguir o estímulo necessita estar no Lucro Real e ter gastos com P&D, empresas com faturamento anual acima de 4,8 Milhões são obrigatórias a estar no Lucro Real ou Lucro Presumido, as firmas pequenas, tendem a estar no Lucro Presumido (ARÁUJO, 2010), e foi visto que as empresas de grande porte investem mais em P&D (ver p.8).

Os incentivos fiscais não selecionam qual setor deve receber as ajudas, entretanto, nem todos os setores conseguem evoluir com o fomento governamental, os setores que mais sobressaem são os que utilizam um alto nível de tecnologia ou os próprios setores de tecnologia (SANTOS, RAPINI E MENDES, 2019).

Com as afirmações acima observa-se que as grandes empresas recebem uma ajuda a mais em relação às pequenas, porém, isso só ocorre pelo fato de as firmas maiores apresentarem um dispêndio com P&D, o gasto com Pesquisa e Desenvolvimento ajuda o país a crescer e se desenvolver, no pressuposto de que a mesma faz gerar novos produtos (Carrara e Ferreira, 2020). As empresas grandes também conseguem atingir um número maior de empregado do que as pequenas, se considerarmos empresas acima de 100 funcionários, elas apresentaram 1% das empresas em 2018 e representaram 44% das pessoas empregadas.

7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi identificar se as MPE's conseguiram se desenvolver conforme o apoio do Estado de Minas Gerais. Assim, verificou-se os investimentos dos governadores (Anastasia e Pimentel) e em quais setores se localizavam a aplicação dos recursos. Pode-se notar que na maioria dos casos, os setores analisados evoluíram conforme havia algum tipo de incentivos, tais como: “Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas”, “Educação” e “Industria de Transformação”, que apresentam melhores números quando obtiveram investimentos específicos, além dos setores “Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação”, “Construção”, “Transporte, armazenagem e correio”, “Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados” e “Outras atividades de serviços”, que se apresentaram melhores números no período do governado Anastasia, onde também houve mais investimentos em MPE's. Entretanto isso não foi observado com todos os setores.

Um do setor que registrou baixa participação nos investimento foi o de “Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura” apesar do foco do investimento dos dois governadores, ao longo dos anos de 2011 a 2018. No que tange ao mercado de trabalho de micros e pequenas empresas. No governo Anastásia o setor em questão, se posicionou em 14º lugar dentre os 17 setores analisados, já no período do governo Pimentel, a posição foi o décimo quinto lugar.

Apesar disso, os governadores não investiram somente no setor de “Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura”, muito dos investimentos eram localizados para as MPE's e não para um setor específico, mesmo sendo o único setor que teve investimentos direcionado, todos as outros setores poderiam se beneficiar, desde que se enquadrasse nas Micro e Pequenas Empresas.

Outro ponto importante a se salientar foi o maior investimento nas MPE's no orçamento de 2011 em comparação ao de 2015, tanto em valores nominais tanto em percentuais. Ao se comparar setor a setor, tem-se que oito setores registraram maior entrada no mercado de trabalho no período do governo Pimentel e nove no governo Anastasia.

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, diversas dificuldades foram encontradas, como: as tabulações dos dados referentes ao IBGE e a Transparências Mineira dos governadores, o primeiro fato é ligar os investimentos dos governadores as MPE's, pelo grande número de investimento aplicado, este trabalho é árduo e detalhado,

segundo é o formato em Excel que os dados se apresentam, são de difícil tabulação, sendo necessário um conhecimento intermediário da plataforma, caso contrário a manipulação dos dados pode se tornar mais demorada do que o esperado, além das dificuldades de encontrar estudos focados no tema em Minas Gerais. Desta forma, é sugerido a utilização de sistemas operacionais para retiradas dos dados e uma agenda de pesquisa para filtrar e aplicar melhores autores que debatem sobre o tema.

Em suma, deve-se destacar que não se pode concluir que apenas os investimentos fizeram com que o setor se desenvolvesse, pois, diversos fatores podem fazer com que o setor suba ou caia de patamar.

No entanto, ao analisar somente os dados aqui apresentados, percebe-se que quanto maior é o investimento, maior será a contratação de trabalhadores no mercado de trabalho, tudo mais permanecendo constante. Sendo assim, conforme haja um crescimento dos investimentos públicos, maior será o crescimento destas empresas. Desta forma, sugere-se um maior número de financiamentos públicos ou incentivos fiscais para MPE's, além de investimentos em palestras e cursos com temas específicos como finanças e planejamento estratégicos voltados para este tipo de empresas. As ações citadas poderão atrair mais firmas deste porte e assim evitar possíveis falências.

8 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Luiza; **O CONTINGENCIAMENTO ORÇAMENTÁRIO E OS EFEITOS DESTE NA GESTÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**. Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2016.

ANTONIO ANASTASIA. mg.gov.br. Disponível em < <https://www.mg.gov.br/governador/antonio-anastasia>>. Acesso em: 10/02/2022.

ARAÚJO, Bruno; **INCENTIVOS FISCAIS À PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E CUSTOS DE INOVAÇÃO NO BRASIL**; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Radar – Artigos, agosto, 2010.

AVELLAR, Ana; BOTELHO, Marisa. **Políticas de apoio à inovação em pequenas empresas: evidências sobre a experiência brasileira recente**. Economia e Sociedade. Campinas. v. 24, n. 2. p. 379-417. Ago. 2015.

BANTERLI, Fábio; MONOLESCU, Friedhield. **AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO BRASIL E A SUA IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS**. XI INIC, VI EPG e I INIC Jr - UNIVAP – 2007.p 2420 -2423.

BEDÊ, Marco; **SOBREVIVÊNCIA DAS EMPRESAS NO BRASIL**. Sebrae. Brasília. 2016.

CARDOSO, José. **Pequenas e médias empresas: um modelo opcional para países em desenvolvimento**. Rev. Adm. Emp. Rio de Janeiro. V.22. n.4. p. 46-57. Out/Dez. 1982.

CARRARA, Aniela; FERREIRA, Gleise; **DISPÊNDIO EM P&D NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA SUA EVOLUÇÃO E IMPACTO NO PRODUTO DO PAÍS**; A Economia em Revista maio/agosto 2020, v. 28, n. 2, p. 73-90.

Carreira dos sonhos 2020. Cia de Talentos. Disponível em < https://www.carreiradossomhos.com.br/material/CS2020_Apresentacao_Hotsite.pdf>. Acesso em: 10/02/2022.

CAVALCANTI, Marceli; MARTINELLI, Dante. **As Políticas Públicas de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME): O Caso de Um Município no Interior de São Paulo**. In: **3o. Congresso Brasileiro de Sistemas**, Anais do 3o. Congresso Brasileiro de Sistemas. Franca. 2007. v. 1. p. 1-19.

Demografia das Empresas e Estatísticas de Empreendedorismo. IBGE. Disponível em < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/22649-demografia-das-empresas-e-estatisticas-de-empreendedorismo.html?edicao=29198&t=o-que-e>>. Acesso em: 10/02/2022.

Desembolso em 2014. BNDES. Disponível em <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/estatisticas-desempenho/desembolsos>>. Acesso em 16/05/2022.

ENAP – Escola Nacional de Administração Pública. **ORÇAMENTO PÚBLICO: CONCEITOS BÁSICOS.** Brasília, 2014.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL. mg.gov.br. Disponível em <<https://www.mg.gov.br/governador/fernando-damata-pimentel>>. Acesso em: 10/02/2022.

FERNANDO, Puga. **O APOIO FINANCEIRO ÀS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS NA ESPANHA, NO JAPÃO E NO MÉXICO.** Rio de Janeiro, ago. 2002

Institucional; Secretaria de Planejamento e Gestão. Disponível em <<https://planejamento.mg.gov.br/pagina/seplag/institucional>> Acesso em: 17/05/2022.

JONES, Charles I. **INTRODUÇÃO À TEORIA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.p.17-38

LEAL, Cicero; NACISMENTO, José; FEIO, Kleydson; CARVALHO, Rogério. **DESCOMPLICANDO A ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO.** Atena Editora Ponta Grossa – Paraná – Brasil, 2022.

MACEI, Demitri; LIMA, Francilise. **O INCENTIVO A MICRO E PEQUENA EMPRESA COMO INSTRUMENTO DE GERAÇÃO DE EMPREGOS.** Revista de Revista de Direito Tributário e Financeiro. Curitiba. v. 2. n. 2. p. 178-198. Jul/Dez. 2016.

MACHADO, Hilka; ESPINHA, Pedro. **REFLEXÕES SOBRE AS DIMENSÕES DO FRACASSO E MORTALIDADE DE PEQUENAS EMPRESAS.** REVISTA CAPITAL CIENTÍFICO Guarapuava – PR. v. 3. n. 1. p.51-64. 2005.

Micro e pequenas empresas geram 27% do PIB do Brasil. Sebrae. Disponível em <<https://www.sebrae.com>>.

MIRANDA, Pedro; KOELLER, Priscila. **A INOVAÇÃO E AS MPES: UMA BREVE ANÁLISE DO PERÍODO RECENTE.** 2015.

MORGADO, Laerte F.. O orçamento público e a automação do processo orçamentário. Texto para Discussão nº 95, Centro de Estudos da Consultoria do Senado, 2011, 24f.

OLIVEIRA, Alanna; RIBEIRO, Cássio; MARTINS, Humberto. **A EVOLUÇÃO RECENTE DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA.** Economia Ensaios, Uberlândia, Jul./Dez. 2020

OSTROSKI, Sinésio; **ORÇAMENTO PÚBLICO**. IF-SC Florianópolis 2010 2ª edição - 1ª reimpressão.

OTT, Joice; LUCCA, Emerson; SCHUTZ, Dion; SILVA, Antônio; NOGUEIRA, Tatiane. **MORTALIDADE PRECOCE DAS EMPRESAS E A SUA IMPORTÂNCIA PARA A ECONOMIA**. Seminário de Iniciação Científica - Ciências Sociais Aplicadas – 2014.

Painel de empresa; DATA SEBRAE. Disponível em <<https://datasebrae.com.br/totaldeempresas-11-05-2020/>> Acesso em: 17/05/2022.

Prêmio Valor Inovação Brasil. Valor Econômico e Strategy. 6ed. Disponível em <<https://www.strategyand.pwc.com/br/pt/inovacao-brasil/2020/valor-inovacao-analises20.pdf>>. Acesso em: 10/02/2022.

Proposta Orçamentária 2011.Tabela Portal de Minas Gerais. Disponível em <<https://www.transparencia.mg.gov.br/planejamento-e-resultados/proposta-lei-orcamentaria/proposta-orcamentaria/proposta-orgaos/2011/>>. Acesso em: 08/02/2022.

Proposta Orçamentária 2015.Tabela Portal de Minas Gerais. Disponível em < >. Acesso em: 08/02/2022.

PYNDICK, R. S.; RUBINFELD, D. L. Microeconomia. 8ed. São Paulo: Person, 2013.

Ranking Valor Inovação Brasil 2018. Strategy&. Disponível em <<https://www.strategyand.pwc.com/br/pt/inovacao/ranking-2018.pdf>>. Acesso em: 10/02/2022.

RODRIGUES, Denise. **O papel dos governos estaduais na indução do investimento: experiência dos estados do Ceará, Bahia e Minas Gerais**. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Rio de Janeiro. v. 5. n. 10. p. 151-174. Dez. 1998.

SALES, Rodrigo; BARROS, Aluizo; PEREIRA, Cláudia. Revista da Micro e Pequena Empresa. Campo Limpo Paulista. v.2. n.1. p.38-55. 2008.

SANT'ANA, Matheus; GONÇALVES, Eduardo. **IMPORTÂNCIA DO FINANCIAMENTO PÚBLICO ÀS ATIVIDADES DE INOVAÇÃO NAS EMPRESAS DE MINAS GERAIS**. Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada – Vol. 10 Nº 16 Jan-Jun 2014

SANTOS, Ulisses; RAPINI, Márcia; MENDES, Philipe; **IMPACTOS DOS INCENTIVOS FISCAIS NA INOVAÇÃO DE GRANDES EMPRESAS:UMA AVALIAÇÃO DAS EMPRESAS DA PESQUISA DA SONDAGEM DE INOVAÇÃO DA ABDI**. Cedeplar/UFMG; março, 2019.

Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA; IBGE. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/992>> Acesso em: 17/05/2022.

STIGLITZ, J. Economics of public sector. 3ed. New York: W.W. Norton e Company, 2000.

VIEIRA, Vanessa; **A IMPORTÂNCIA DO ORÇAMENTO PÚBLICO**. Universidade Federal Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.